

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.471 - RO (2019/0310994-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A  
**RECORRENTE** : BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO  
IMOBILIARIO S/A  
**ADVOGADOS** : ANDREY CAVALCANTE DE CARVALHO E OUTRO(S) -  
RO000303B  
GUSTAVO CLEMENTE VILELA - SP220907  
PAULO BARROSO SERPA - RO004923  
**RECORRIDO** : PATRICIA BORDIM VALTERLANIO  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO004260  
KAMILA ARAÚJO PRADO E OUTRO(S) - RO007371

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A E OUTRA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

*"EMENTA: Apelação. Imóvel. Vícios de construção. Indenização. Dano moral. Sendo incontroverso o vício de construção, não há falar-se em excludente de responsabilidade da empresa quanto ao dever de indenizar pelos danos morais daí decorrentes, cujo valor deve ser fixado em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem esquecer do caráter pedagógico da medida." (e-STJ, fl. 562)*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 576/579)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 186, 927 e 944, do CC, sustentando, em síntese, que (a) a inexistência de qualquer ato ilícito por parte das recorrentes que possa ensejar o alegado direito ao recebimento de indenização por danos morais e, (b) mostra-se desproporcional a condenação em danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

É o relatório. Passo a decidir.

No que tange à alegada vulneração dos arts. 186 e 927 do CC/2002, o Tribunal de origem reconheceu expressamente a existência de vícios construtivos no imóvel objeto da demanda e a responsabilidade das recorrentes pela reparação dos danos morais,

nos seguintes termos:

*"Na hipótese, a infiltração no banheiro da autora ficou incontroverso ante o conserto realizado pelas requeridas, no curso do processo, conforme documento de Id n. 2324153.*

*(...)*

*Em relação ao dano moral, entendo caracterizado em razão do dissabor e angústia sofrido pela autora com os problemas no imóvel, ultrapassando o mero aborrecimento." (e-STJ, fls. 552/553)*

A título elucidativo, transcreve-se trecho da sentença:

*"De outro norte, já avançando para a segunda etapa, resta saber se esse fato (infiltração no banheiro) gera dano moral. Penso que sim. Vejamos:*

***Está comprovado nos autos, conforme e-mail de fl. 416, que a requerente protocolou reclamação em janeiro/2016 sobre vazamentos no teto do banheiro do seu apartamento. Por outro lado, está comprovado, por meio da petição de Id n.º: 8253252, juntada pelas requeridas, que o vício apenas foi sanado em dezembro/2006 (vide tela do sistema da requerida Odebrecht - fl. 474).***

*Assim sendo, tratando-se, como alegado na inicial e não contestado pelas demandadas, de vazamento de encanação de esgoto - que vazava do banheiro do apartamento superior e escorria para o banheiro da ora demandante -, entendo que o convício prolongado com essa situação extrapola o mero dissabor, pois envolve a saúde da requerente, gerando, então, dano de ordem imaterial." (e-STJ, fl. 486, grifou-se)*

Nesse contexto, a alteração das conclusões do v. acórdão recorrido quanto à existência dos vícios construtivos e dos danos morais decorrentes destes demandaria, inevitavelmente, a incursão no conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada, na via estreita do recurso especial, pela Súmula 7/STJ. A propósito:

***"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. IMÓVEL NOVO. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO EM MENOS DE UM ANO. FISSURAS E INFILTRAÇÕES NAS PAREDES, MÁ COLOCAÇÃO DE ESQUADRIAS METÁLICAS E DE MADEIRA. RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA. NECESSIDADE DE REPAROS. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. DANO MORAL PRESUMIDO. DECADÊNCIA DO DIREITO À***

REPARAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. INCIDÊNCIA. CONFIGURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E DO DEVER SUCESSIVO DE REPARAR. EXCESSO DO VALOR FIXADO PARA A INDENIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Quanto ao alegado desacerto da decisão exarada pelo Tribunal de origem de considerar o dano moral presumido e quanto à questão da configuração de decadência do direito, os temas não foram debatidos no v. acórdão recorrido. A não configuração de "causa decidida" é óbice constitucional para o exame de normas infraconstitucionais alegadas contrariadas em recurso especial. Inarredável a incidência, na espécie, da Súmula 282/STF.

2. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido - para revisar os fatos no sentido de afastar o nexo causal e a culpa da construtora nos vícios apresentados pelo bem imóvel e sobre o valor elevado arbitrado a título de danos morais (sete mil reais) - exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1495562/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL ATESTADA PELA CORTE ORIGINÁRIA. SÚMULA 7 DO STJ. 2. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO. IMPOSSIBILIDADE. EXORBITÂNCIA NÃO VERIFICADA. 2.1. REVISÃO DO QUANTUM FIXADO POR MEIO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 3. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. 4. NÃO CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. 5. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal local manteve a sentença de primeiro grau, alegando, para tanto, que os transtornos infligidos - infiltrações, alagamentos e risco de desmoronamento de sua residência - ao autor da ação, ora recorrido, não caracterizam mero dissabores; mas, sim, aflição e angústia aptas a caracterizar dano moral. Desse modo, o acolhimento do inconformismo, segundo as

*alegações vertidas nas razões do especial, demanda o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação vedada pela Súmula 7 do STJ.*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a redução ou majoração do quantum compensatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, sob pena de incidência do óbice da Súmula 7 do STJ. No caso em análise, não se observa motivos a justificar a redução do quantum compensatório.*

*2.1. Ademais, a jurisprudência do STJ está sedimentada no sentido de ser incabível a revisão do montante indenizatório estabelecido a título de danos morais com base em dissídio jurisprudencial porquanto, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, haverá distinção no aspecto subjetivo dos julgados confrontados. Precedentes.*

*3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação da parte agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno se mostre manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada.*

*4. Honorários advocatícios recursais. Conforme as regras definidas pela Terceira Turma deste Tribunal Superior - nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017 -, o preenchimento cumulativo dos requisitos é exigível para a condenação ao pagamento de honorários recursais. No caso, não é cabível a respectiva verba honorária em favor do advogado da parte adversa, uma vez que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado ainda na vigência do CPC/1973.*

*5. Agravo interno improvido."*

*(AgInt no AREsp 1140260/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017)*

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDENTE DO STJ QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.**

**(...)**

*3. Rever o entendimento da Corte a quo, a qual consignou que, diante da realidade fática apresentada nos autos, restou evidenciada a responsabilidade da agravante pelos danos sofridos pela agravada e a configuração de danos morais, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.*

*(...)*

*5. Agravo interno desprovido."*

*(AgInt no AREsp 759.395/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 14/12/2017 - grifo nosso)*

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

Com efeito, somente é possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o *quantum* fixado for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), não é exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pela recorrida, que, conforme mencionado pelas instâncias ordinárias, que o convívio prolongado do vazamento de encanação de esgoto "*extrapola o mero dissabor, pois*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*envolve a saúde da requerente, gerando, então, dano de ordem imaterial"* (e-STJ, fl. 486)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 12% para 13% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator